

O caso do General Delgado

É tempo de deixar em paz o general Humberto Delgado. Não pondo uma pedra no processo do seu misterioso e traiçoeiro assassinio (de que aliás já se chegou à fase de nota de culpa), mas, pelo contrário, concluindo quanto antes as respectivas investigações, tão estranhamente intermitentes e arrastadas que foram na inextricável teia de inquéritos, averiguações, sindicâncias e quejandas perquisições dilatórias, que tão tristemente assinalam o nosso sistema de justiça desde o 25 de Abril.

Mas, se urge esclarecer definitivamente a horrenda caça ao homem em Villa Nueva del Fresno, de que foram vítimas Delgado e a sua secretária, isso não quer dizer que tomemos logo a sério o primeiro livro que apareça com pretensões de fazer definitiva luz sobre o caso tremendo. Peças inevitáveis, úteis para a indagação nas mãos de quem de direito, mas meras pedras de escândalo quando usadas por simples amadores de intriga e suspeitos de revindicta.

O triste folhetim Humberto Delgado não vem a lume dia a dia, felizmente. Depende da fecundidade e da vocação e interesses dos folhetinistas. Agora é o sr. Henrique Cerqueira que, suggestionado talvez pela célebre questão francesa do capitão Dreyfus, lança a pretexto do malogrado general português o seu Acuso, que procura atingir Mário Soares, Lopes Cardoso, Emfídio Guerreiro, Manuel Alegre, Álvaro Cunhal, entre outros, como implicados no morticínio da raia de Badajoz. São 107 documentos incluindo 8 fotocópias. Três volumes compactos, de que este é o primeiro a romper.

"O DIA", jornal que dirijo — mas que evidentemente não verifico na sua preparação hora a hora e linha a linha, como ingenuamente pressupõe a lei de Imprensa e, na cola dela, o público — deu, no sábado, 23, relevo tipográfico de chamada na primeira página e desenvolvimento na última ao facto, sob o título de — "Uma séria acusação a vultos políticos como implicados na morte do general."

Eu poria as mãos no fogo pela inocente intenção dos nossos redactores responsáveis por esse destaque dado a uma simples novidade literária. Mas suponho não ferir a nossa solidariedade profissional amistosa dizendo que discordo profundamente de semelhante processo jornalístico. Sei bem que ele tem raiz no ímpeto — e até na obrigação — de tirar do quotidiano o máximo de rendimento em novidade e excitação para a curiosidade do leitor. Tudo o que acontece de insólito é pábulo para o público — ou "caixa", na nossa gíria.

Mas nós arvorámos em "O DIA" a divisa "Rigor de informação" "em espírito de verda-

(continua nas centrais)

Vitorino Nemésio

Ramalho Eanes na Madeira:

A hora é de desafio



O Presidente Eanes usando da palavra na cerimónia inaugural da Assembleia Regional

O prestígio do Presidente documentado no Funchal

A deslocação à Madeira do Presidente da República permitiu, apesar da sua brevidade, constatar o prestígio de que, também ali, goza a figura do general Ramalho Eanes.

A existência de movimentos separatistas, mais ou menos clandestinos e indefinidos, as

insatisfações naturais de uma população que anseia pela autonomia efectiva não impediram que o Presidente Eanes fosse rodeado por uma constante onda de simpatia e — o que é mais importante — de respeito.

A dignidade (e habilidade também) com que Ramalho Eanes tem permanecido acima dos "jogos sujos" de gabinete abundantes no PREC faz com que as populações (as insulares incluídas) o vejam como um paradigma de seriedade que

Continua na pág. 2

«Acuso»: um livro polémico

«Grandezas e misérias da liberdade da Imprensa»

— comenta Mário Soares

Não era do general o cadáver de Badajoz

— afirma Henrique Cerqueira em conferência de Imprensa

Os próprios médicos legistas espanhóis não o reconheceram e a família nunca viu o cadáver que lhe foram mostrados

(pág. 20)

Sottomayor Cardia fala amanhã ao País

O ministro da Educação e Investigação Científica, dr. Sottomayor Cardia, dirige-se ao País, amanhã, terça-feira, através de uma comunicação na TV, logo a seguir ao tele-jornal.

«Desafio que encaramos de frente, convictos de que seremos capazes ainda, de mãos dadas, de abolir da história lusitana quase milenária as lendas trágicas da fome, da ignorância, do desespero da autocracia»

(pág. 2)

O jornalista perante o homem de Letras

"Eu poria as mãos no fogo pela inocente intenção dos nossos redactores responsáveis por este destaque dado a uma simples novidade literária. Mas suponho não ferir a nossa solidariedade profissional amistosa dizendo que discordo profundamente de semelhante processo jornalístico".

Pela consideração e grande estima que nos merece o nosso director, é muito difícil e sobretudo muito penoso, como sub-director do jornal e responsável total pelo destaque e inserção da notícia que originou o editorial "O caso do general Delgado", termos de vir a contrapor a posição assumida pelo sr. prof. Vitorino Nemésio e explicar em que pontos toca e por que forma se explicita o nosso desacordo.

É arvorando, também nós, a divisa "Rigor de informação" "em espírito de verdade", que tomámos como lema para "O DIA", que vimos, aqui, justificar uma posição que, depois de maduramente pensada, não podia ser outra, como jornalistas que nos prezamos de ser.

Na nossa mesa de trabalho caíu um livro de que tínhamos conhecimento há alguns dias. Esse livro, escaldante pelo assunto que versa e pelas individualidades que dele são personagens, teve de ser fatalmente ponto absorvente da nossa atenção jornalística e muito em especial objecto de análise atenta e sobretudo isenta como notícia que ninguém duvidava que fosse.

E a notícia aconteceu, simples, na edição de sábado passado, com chamada a três colunas na primeira página e desenvolvimento na última.

O espírito de "Rigor de informação" "em espírito de verdade" a isso nos levava e levou infalivelmente.

As consequências morais ou materiais do conteúdo do livro ultrapassam-nos em absoluto, limitados que estamos ao nosso espaço de informação.

Assim é que esquecer a existência do livro de Henrique Cerqueira "Acuso" mais não seria do que uma falha grave.

Especular sobre o seu conteúdo seria, no mínimo, um atropelo ao estatuto do jornal que perfilhamos.

Publicar a notícia serena que fizemos foi um dever simples de jornalista acima de qualquer suspeita.

O objecto de notícia que era um livro, como poderia ter sido uma declaração pura e

(continua na pág. 20)

Carlos Pina



A Comissão Nacional do Partido Socialista reuniu ontem para discutir e aprovar o projecto de alteração de estatutos do partido. No final, Jaime Gama afirmou que "não haverá remoção ministerial após o Congresso".

(pág. 20)

O CDS acusa o Governo de violar a Constituição

(pág. 3)

O preço do pão vai aumentar?

(pág. 4)

MAFRAS &

ALCATIFAS
PAPEIS
PINTADOS
TECIDOS

CANEÇAS, L^{DA}

Rua da Prata, 167 - LISBOA - T. 36 62 55 - 36 66 04
Rua de St.º António, 129-1.º - PORTO - T. 31 19 42

O caso do General Delgado

Continuação da pág. 1

de". E ainda que isso seja um viso um tanto utópico é nosso dever servi-lo. Não há emissor/receptor conformes, em comunicação social. A informática alerta-nos para a deturpação efemerística ou "evenemental" inevitável, e para a entropia ou aniquilamento final da informação. Isso porém (repito) não nos isenta do esforço de isenção.

Ora eu, neste mórbido, passional caso da averiguação da tragédia de que Humberto Delgado foi vítima, não posso levar à paciência que se avenge, ou sequer tímica e cautamente se sugira (mesmo fazendo-nos eco de fontes identificadas) a cumplicidade criminosa de homens como os indiciados pelo sr. Cerqueira, permitindo-me acentuar, com vigor e indignação paradigmáticos, o limpo nome que melhor conheço, ou seja o de Mário Soares, com cuja política de líder socialista e de primeiro-ministro não coincido, mas sobre cuja lucidez, generosidade, idealidade, cultura, e sobretudo honradez não tenho a mínima dúvida. E, para alargar um pouco o exemplo dos motivos da minha estranheza à acusação e seu veículo, citarei o caso de outro amigo indiciado (esse, apenas meu conhecido dos nossos tempos escolares de Coimbra, e com menos intimidade), a saber, o romântico, o subtil, o quixotesco Emídio Guerreiro, figura discutida mas sem mácula na vida coimbrã dos anos vinte e trinta.

E, como estes, outros visados. Pois quê? Planear dar cabo de um contendor como Humberto Delgado, — muitas vezes incómodo, sim, incoerente talvez ou caprichoso, mas de ânimo heróico, desprendido e humano, — só porque contrariava no exílio determinada linha de oposição julgada a única certa? (Aliás parece inexacto que Mário Soares pertencesse ao "grupo de Argel", pois só sob o governo de Marcello Caetano foi exilado em São Tomé, e em Paris e Rennes depois).

Não acredito. Se me permitem a crueza eufemizada: não "impregno" pelos ouvidos. Não quero enfileirar com a credibilidade fácil que massifica a opinião pública nos tristes tempos que correm e que já não sabe bater-se, ao menos, pela presunção de inocência. Aliás o processo do crime de Villa Nueva del Fresno já inclui nota de culpa, em que figuram, a vários títulos, numa cilada a Delgado, em Badajoz, vários réus, todos mais ou menos "pídes", dois dos quais como matadores: Casimiro Jordão, de Delgado; Carlos Tienza, da secretária do general. E outros encobridores e cúmplices.

A "séria acusação" do sr. Cerqueira a Mário Soares (e outros), que "O DIA" pôs em destaque, é inverosmível ao visar quem, no comércio socialista do Porto (3.7.1974), na presença de Mitterrand e de Deferre, anunciou a um público de milhares de pessoas, no Palácio de Cristal, que dois dos assassinos já tinham confessado o crime e estavam presos. E que o general seria em breve reintegrado a título póstumo e os seus restos trasladados com as devidas honras. Sem falar em declarações similares, noutros ensejos.

Encerremos pois o passageiro episódio deste registo bibliográfico, em si legítimo, da espécie "Acuso" do sr. H. Cerqueira, a que a redacção de "O DIA", sem intenção aquiescente, deu um relevo tipográfico demasiado amplo, que se presta a equívocos.

Vitorino Nemésio

Freitas do Amaral em Colares:

«O PS não tem uma política autónoma na Assembleia da República»

O CDS organizou no fim-de-semana, em Colares, um curso de preparação de monitores especiais para a próxima campanha eleitoral relativa às autarquias locais. Intervieram nas sessões de trabalho, como oradores ou moderadores dos debates, Diogo Freitas do Amaral, Basílio Horta, Victor Sá Machado, Francisco Lucas Pires, José Ribeiro e Castro, João Sasseti, António Tänger, Fausto Quadros, Gagliardini Braca, Mário Gaioso, João Porto e Guimarães Lobato.

O curso, primeiro duma série a realizar intensivamente até meados de Novembro, teve a presença de cerca de cinquenta monitores dos vários distritos do continente, e começou com duas intervenções de Freitas do Amaral — uma para análise da actual situação política, de manhã, e outra para exposição e explicação da estratégia eleitoral do CDS, ao começo da tarde.

Na sua primeira intervenção, conforme pudemos apurar, o presidente da comissão política do CDS começou por sublinhar que se vive presentemente uma fase de normalidade constitucional, caracterizada pelo funcionamento regular das instituições democráticas, normalidade essa afectada, porém, por factores de perturbação geradores de situações de encerteza que provocam uma grande ansiedade no povo português. "Vive-se hoje em Portugal — afirmou — em normalidade angustiada. Importa pôr, termo a esta situação".

Como factores de perturbação, Freitas do Amaral apontou cinco, para além da aproximação das eleições para as autarquias locais: os problemas militares, a crise económica, a inação governamental, o funcionamento recente duma maioria de esquerda na Assembleia da República e a instabilidade interna de certos partidos, nomeadamente o PS e o PSD (ex-PPD) por virtude da próxima realização dos seus congressos.

Sobre os problemas militares, Diogo Freitas do Amaral afirmou, categoricamente, que não compete aos partidos políticos, na fase actual, pronunciar-se sobre as questões internas das Forças Armadas, embora fosse útil que os cidadãos pudessem dispor de elementos de informação mais completos e mais verdadeiros sobre a matéria.

Acerca da crise económica, o presidente da comissão política do CDS afirmou que o Governo continua a não ter uma política económica. "Passam-se os meses — disse — e não se vê surgir nenhum programa detalhado para vencer a crise. Entretanto, os preços sobem: adubos, transportes colectivos, alimentação... será que o Governo vai ficar à espera das eleições locais para então, só então, adoptar as medidas que se impõem? Mas não vê o Governo o custo enorme, em sacrifícios e privações, que o povo português vai ter de pagar pelos atrasos e adiamentos constantes na tomada das decisões que se impõem?"

Quanto à "maioria de esquerda", Freitas do Amaral opinou que ela se deve à falta de capacidade do Governo PS para definir uma política autónoma na Assembleia da República. "Não seria difícil ao Governo aceitar algumas propostas do CDS (ou do PSD) e rejeitar outras, formando para cada uma maiorias diferentes, ora à sua esquerda, ora à sua direita. O PS tem preferido optar pela maioria de esquerda. Parece pois de concluir que quem está a mandar no Grupo Parlamentar do PS não é Salgado Zenha, é Lópes Cardoso".

De Colares, Freitas do Amaral e Basílio Horta seguiram para Lisboa onde participaram na inauguração da nova sede concelhia do CDS, ao Campo Grande. Presentes mais de cem delegados de freguesia. Foi revelado aí que o CDS tem já prontas as listas para o município de Lisboa e para todas as freguesias da capital.

Porto boicota greve de sapateiros

Entram, hoje, em greve, os trabalhadores da indústria de calçado de Aveiro e Coimbra, concretizando a decisão havida no decurso de uma assembleia geral realizada na passada segunda-feira.

A deliberação tomada relativamente a esta greve é em face à contraproposta à tabela de salários apresentada pelos seis sindicatos que negociam o CCT.

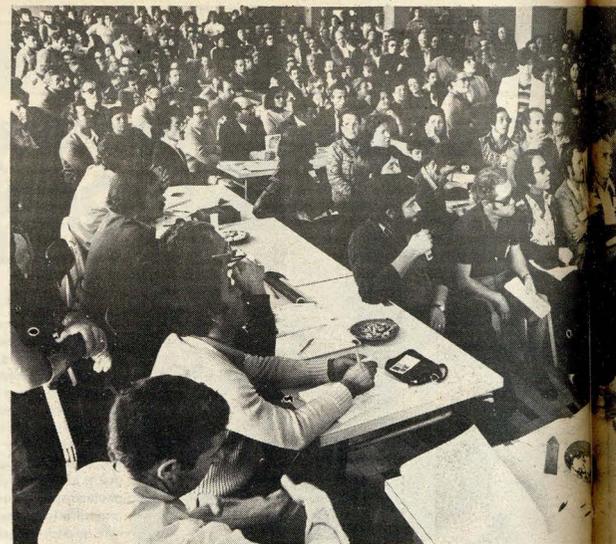
Deste modo, os trabalhadores ligados a este sector no

distrito do Porto reuniram-se, ontem, nesta cidade, e, após terem sido debatidos os motivos que impeliaram para que se entrasse em greve, não anuíram ao preconizado por outros companheiros de trabalho que pugnam por essa medida drástica.

Assim, temos que a greve dos sapateiros — a ir por diante — não contará com o apoio da classe afectada àquele distrito nortenho.

Os pontos que estão em causa — e que servem de suporte a este "litígio" laboral — dizem respeito, além da tabela, ao leque salarial e à entrada em vigor do novo Contrato Colectivo de Trabalho, debatendo-se, ainda, o pagamento de retroactivos desde Setembro último.

Acrecente-se, entretanto, que os trabalhadores que apoiam firmemente a entrada em greve não estão a tomar em linha de conta o facto de, neste momento, o Ministério do Trabalho estar a debruchar-se sobre o assunto, procurando uma via de conciliação, que satisfaça não só a entidade patronal, bem como os próprios trabalhadores.



REESTRUTURAÇÃO DOS SECTORES PESQUEIRO E CONSERVEIRO — No Encontro de trabalhadores e intervenções do sector de pescas e conservas, realizado no sábado em Lisboa, reunião geral de comissões de trabalhadores daquele ramo, para que seja então estudada a melhor base um documento que estabeleça as linhas gerais para a reestruturação do sector. Trabalho, insuficiente a discussão até agora efectuada nas empresas. Após os debates a promover a reestruturação de novo em plenário para tomarem uma posição definitiva sobre a reestruturação do sector cujo conteúdo foi iniciado pela Secretaria de Estado das Pescas.

opiniões livres

Os portugueses no Pacífico

Embora não exclusivamente, a gesta marítima dos portugueses teve por cenário dois oceanos: o Atlântico Sul e o Índico. No Atlântico Norte as nossas explorações foram importantes nas outras partes, de vários países, que as superaram (basta pensar nas quatro viagens de Cristóvão Colombo às Antilhas e à América Central e do Sul). E pouco se fala do papel dos nossos compatriotas nas imensidões do Pacífico, salvo para referir a descoberta, por Fernão de Magalhães, do estreito que conserva o seu nome.

Aliás, toda a acção peninsular no Oceano Pacífico é pouco conhecida e infravalorizada, frente à "segunda descoberta" dele pelos navegadores franceses e ingleses mais modernos — Cook, La Perouse, Dumont d'Urville.

Por isso, é vantajoso equacionar o problema e repor os factos em termos objectivamente exactos.

Na verdade, o Pacífico não é constituído apenas pelo conjunto das ilhas que o povoam, da Austrália e da Nova Zelândia até ao arquipélago das Aleutinas, nos limites do Glacial Ártico. Toda a sua costa asiática, desde os estreitos orientais (onde se situa Malaca) até ao Japão, foi descoberta para a Europa pelos navegadores portugueses. E a exploração da Insulíndia, muito antes da irrupção holandesa de 1602 a 1610, foi igualmente efectuada pelos nossos antepassados: nos princípios do século XVII, já os portugueses percorriam uma vasta esfera de influência que abrangia Samatra, Java, as ilhas da Sonda até Timor, os dois terços sul de Borneu, a Célebes, o arquipélago das Molucas e pelo menos uma parte da Nova Guiné. Por outro lado, parece certo que, nas viagens para o Japão, os portugueses reconheceram e desembarcaram na Formosa. — Ora isto significa, por parte de Portugal, uma penetração muito importante no Oceano Pacífico.

Todavia, a grande verdade é que a exploração deste foi levada a efeito principalmente pelos espanhóis, a partir do México e do Perú: refiro-

me a Urdaneta, que descobriu o modo mais fácil de regressar à América, aproveitando a corrente do Kuroshivo; Saavedra, que visitou a Papuasia ou Nova Guiné; Villalobos, que encontrou as ilhas de Hawaí; o célebre Mendaña; Luís de Torres, provável descobridor da Austrália, e tantos mais. — No seu conjunto, representam um conjunto comparável às navegações portuguesas nos outros oceanos, pois o nobilita o facto de as naus partirem das costas norte e sul da América, e não dos portos peninsulares. Aliás, ainda no século XVI os espanhóis se instalaram fortemente nas Filipinas, um dos pontos estratégicos mais importantes da região. E de lá levaram a cabo, pouco depois, as expedições ao Camboja e ao Tonquim.

Mas foi importante a colaboração de Portugal nesta gesta, tão olvidada nos tempos actuais. Com estes nomes por Fernão de Magalhães (e por Rui Faleiro, cosmógrafo de viagem e também português).

Este, na verdade, após ultrapassado o rio da Prata, que o luso-espanhol Sousa descobriu em 1515, e haver percorrido toda a longa costa ocidental da Argentina, passou o estreito, entrou no Pacífico e — em 1520 — atravessou-o de lado a lado, saindo ao longo da costa chilena até perto das ilhas de Juan Fernandez, tocando em vários arquipélagos da Oceania francesa, indo depois ao norte das ilhas Félix, percorrendo as ilhas Marshall e descobrindo também o arquipélago das Marianas, as quais deu o nome pouco amável de arquipélago dos Ladrões.

TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA 70. Juízo Cível

1.ª Secção

ANÚNCIO

No dia 16 do próximo mês de Novembro, pelas 11 horas, à porta deste Tribunal, Palácio da Justiça, há-de ser posto, em primeira praça, o bem adiante indicado, penhorado ao executado Dr. Manuel Costa e Castro, Casado, aliás, viúvo, advogado, morador à Rua Rodrigo da Fonseca n. 182-30., esquerdo, desta cidade, pelos autos de execução de sentença que lhe move o Banco Pinto e Sotto Mayor, do qual é depositário o referido executado.

A Pracear um veículo automóvel, marca "Alfa-Romeo" com a matrícula DL-83-04, de cor verde, em bom estado de conservação e funcionamento.

Lisboa, 4 de Outubro de 1976

O Juiz de Direito as/ Joaquim Augusto Valente Cantante

O Escrivão de Direito as/ Elmano Ascensão Coito ("O DIA" 25.10.76)

Carris poderá entrar em greve

— avisa a comissão de luta dos trabalhadores

A Comissão de Luta dos Trabalhadores da Carris divulgou um comunicado em que acusa a Comissão Administrativa da empresa (afecta ao PCP/MDP) e alerta para a possibilidade de uma nova greve, "cujas consequências poderiam ser desastrosas para o clima social do País", se não houver acordo quanto ao Contrato de Trabalho em negociação.

Segundo a Comissão de Luta, a "jogada vai ser clássica: a CA vai dizer que

não tem dinheiro para suportar tais encargos, haverá uma fabricada agitação, mais plenários e consultas. Depois virá mais uma greve, com as habituais acusações de que os trabalhadores da Carris não querem trabalhar! Será mais uma greve impopular, de consequências imprevisíveis."

O comunicado daquela comissão salienta que "tudo tem sido permitido na Carris: golpes e mais golpes. Inquéri-

tos, plenários, litas e mais litas. O que é preciso é destruir e apresentar no final do ano duzentos ou trezentos mil contos de prejuízo! Quem quiser trabalhar na Carris filia-se primeiro no Partido ou então o melhor é procurar emprego noutro lugar..."

No entanto, a Comissão de Luta não deixa de frisar "a falta de tacto político da Secretaria de Estado dos Transportes, que tudo sabe e tudo tem permitido na Carris".